



NO RESPEITO E NO AMOR. ENSINAMENTO DE BENTO XVI E FRANCISCO SOBRE A SOLICITUDE ECUMÊNICA

*With Respect and Love. Benedict XVI and Francis Teachings
on Ecumenical Solicitude*

Maria Teresa de Freitas Cardoso *

RESUMO: O artigo apresenta traços do ensinamento de Bento XVI sobre a solicitude ecumênica e uma nota sobre sua renovação e avanço pelo papa Francisco na sua programática exortação *Evangelii Gaudium*. Depois de se reportar ao compromisso ecumênico do Concílio Vaticano II, considerado irreversível por João Paulo II, e de observar algumas dificuldades, como sobre a Declaração *Dominus Iesus*, examinam-se entrevistas, discursos e encíclicas de Joseph Ratzinger/Bento XVI, especialmente em relação com uma afirmação da constituição *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II, sobre respeito e amor. No final, acrescenta-se uma anotação breve, mas importante, sobre a renovação e o avanço na *Evangelii Gaudium* do Papa Francisco. Destacam-se o ensinamento de respeito e o amor como fundamentais para o ecumenismo e o diálogo inter-religioso e valorizam-se: a oração e a espiritualidade; o testemunho da fé preservando a harmonia nas diversidades; a gratuidade e a reciprocidade; o diálogo; a promoção do bem e da paz. Finalmente, a abertura, a Igreja em saída, ao encontro dos outros, como é acentuado na *Evangelii Gaudium*.

PALAVRAS-CHAVE: Diálogo ecumênico. Diálogo inter-religioso. Respeito. Amor. Bem comum.

ABSTRACT: The article presents traces of the teachings of Benedict XVI on the ecumenical concern and a note on its renewal and advancement by Pope Francis in his programmatic exhortation *Evangelii Gaudium*. After reporting back to the ecumenical commitment of Vatican Council II, considered irreversible by John Paul

* Professora do Departamento de Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Artigo submetido a avaliação em 21.02.2016 e aprovado para publicação em 16.07.2016.

II, and to observe certain difficulties, such as on the Declaration *Dominus Iesus*, it examines interviews, speeches and encyclicals of Joseph Ratzinger/Benedict XVI, especially in relation with an affirmation of the Constitution *Gaudium et Spes* of Vatican II, about respect and love. In the end, it adds a brief but important annotation on the renewal and the advancement of *Evangelii Gaudium* by Pope Francis. Here is highlighted the teaching of respect and love as fundamental for ecumenism and inter-religious dialog and value: prayer and spirituality; the testimony of faith while preserving the harmony of diversity; generosity and reciprocity; dialog; the promotion of goodness and peace. Finally, openness, the Church ready to go out, to meet others, as is emphasized in *Evangelii Gaudium*.

KEYWORDS: Ecumenical dialogue. Interreligious dialogue. Respect. Love. Common good.

Introdução

Este artigo, de teologia sistemático-pastoral, discorre sobre a solicitude ecumênica. Tem em vista o ensinamento de Bento XVI e do Papa Francisco. Eles diferem nas perspectivas, no estilo e nas contribuições, mas neste estudo são vistos ambos em relação com uma atitude proposta pela Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (GS) do Concílio Vaticano II: a de ter respeito e amor.

Não é objetivo do artigo propor uma avaliação dos pontificados ou uma comparação dos papas. Levantamos, porém, a hipótese de que, não obstante as diferenças, podemos encontrar uma continuidade de ensino em alguns pontos fundamentais para o diálogo ecumênico e inter-religioso, como para o respeito e o amor, e outros elementos de caráter genérico para os diálogos. Assim, se verificamos que o ensinamento de Bento XVI, entre outras considerações, sublinhou o respeito e o amor, reencontramos, de outra forma, esses mesmos princípios em Francisco. E se, por um lado, vemos continuidade nos princípios de respeito e amor, de diálogo e colaboração, reconhecemos, por outro lado, a descontinuidade, ou seja, o avanço do pontificado atual, pela sua proposta de renovação e reforma, com abertura, na saída ao encontro, no acolhimento, na descentralização, dando especial ênfase aos diálogos, como se constata na programática exortação *Evangelii Gaudium* (EG) do Papa Francisco, ou na orientação geral de seu pontificado.

Este trabalho estende-se mais sobre o ensinamento de Bento XVI, dado que sua contribuição sobre a solicitude ecumênica tem sido pouco observada e gostaríamos de recuperá-la. Numa seção final serão dadas as diretrizes principais do Papa Francisco. Embora seja uma seção única, é importante. Será mais do que um ponto de chegada. Trata-se de uma nova forma de realizar o ecumenismo. A EG será percebida como um marco relevante

e compromissivo para a valorização e o desenvolvimento que se deseja dar hoje aos diálogos.

A investigação é feita principalmente sobre documentos e pronunciamentos pontifícios, a partir dos quais destacam-se pontos importantes para a consideração teológico-pastoral sobre a solicitude ecumênica. Acrescentam-se oportunamente anotações, com recurso a outros trabalhos científicos, para matizar e aprofundar alguns elementos importantes. Estarão incluídos na abordagem do artigo tanto o círculo do diálogo entre cristãos como o do diálogo inter-religioso, pois no que se refere a essas atitudes básicas de respeito e amor, reciprocidade e colaboração, a mesma solicitude envolve os dois âmbitos de diálogo e eles para isso se interpenetram.

As seções do artigo atravessam três etapas: 1) Primeiro, brevemente, como base do empenho ecumênico, retomamos o compromisso do Concílio Vaticano II (seção 1). 2) Numa segunda fase, mais longa, discorreremos sobre Bento XVI. Os passos são: observações críticas geralmente apontadas sobre esse papa em relação com o ecumenismo (seção 2) e desenvolvimento progressivo de vários pronunciamentos, elencando vários pontos para uma solicitude ecumênica na Igreja (seções 3 a 9). 3) Mais ao final, uma investigação sobre a orientação pastoral do Papa Francisco na EG (seção 10). Acrescentamos na mesma seção uma citação de uma homilia feita em 2016, como ilustração de seu vivo espírito dialógico (mesma seção 10). A conclusão do artigo assumirá os resultados da investigação e acentuará os princípios do respeito e amor, bem como a busca de uma renovação, que hoje devem ser vividos em uma perspectiva de abertura.

1 Compromisso do Concílio Vaticano II com o ecumenismo

É sabido que uma das intenções fundamentais do Concílio Vaticano II foi buscar mais unidade dos cristãos pelo ecumenismo e uma atitude de abertura ao diálogo inter-religioso. Essa intenção marca o evento como um todo. São conhecidos os principais documentos do Concílio Vaticano II para a perspectiva ecumênica e inter-religiosa: o Decreto *Unitatis Redintegratio* (UR), a Declaração *Nostra Aetate* (NA), e a Declaração *Dignitatis Humanae*.

A intenção da busca de reintegração da unidade dos cristãos é explicitada na própria abertura do decreto UR:

A reintegração da unidade entre todos os cristãos é um dos objetivos principais do Sagrado Sínodo Ecumênico Vaticano Segundo. [...] Este Sagrado Sínodo, alegrando-se com tudo isso, e tendo já declarado a doutrina sobre a Igreja, movido pelo desejo de restaurar a unidade entre todos os discípulos de Cristo, quer propor a todos os católicos os meios, os caminhos e os modos que lhes permitam corresponder a esta divina vocação e graça (UR, n. 1).

Uma atitude aberta para com as pessoas de outras religiões é proposta na Declaração NA. Ali se procuram a prudência e a caridade, o diálogo e a colaboração. Ali se quer promover bens e valores espirituais e humano presentes nas religiões e culturas:

Exorta por isso seus filhos a que, com prudência e amor, através do diálogo e da colaboração com os seguidores de outras religiões, testemunhando sempre a fé e vida cristãs, reconheçam, mantenham e desenvolvam os bens espirituais e morais, como também os valores sócio-culturais que entre eles se encontram (NA, n. 2).

O empenho ecumênico do Concílio correspondia a muitas aspirações, fora e dentro da Igreja Católica. Essas aspirações foram vistas como novos sinais dos tempos. Os papas do Concílio assumiram o compromisso de diálogo.

A biografia de João XXIII, que convocou o Concílio, faz ver sua personalidade cordial e abertura ao diálogo, e como se relacionava de modo respeitoso e amigável com cristãos, judeus, muçulmanos, tendo no coração uma bondade universalmente aberta. Ele marcou o caráter ecumênico e dialogal do concílio Vaticano II. Fez que o concílio tivesse intenção ecumênica, para promover a unidade dos cristãos e o diálogo com todos. O concílio teve uma intenção pastoral, uma intenção doutrinal e uma intenção ecumênica. Esta foi anunciada junto com o anúncio do concílio no *L'Osservatore Romano* de 26-28 de janeiro de 1958 (KLOPPENBURG, 1991, 12).

O compromisso ecumênico continuou com Paulo VI e apareceu no Concílio como tarefa de todos os cristãos. Paulo VI, de personalidade humilde e gentil, deu continuidade ao concílio e a seus projetos pastorais. A sua primeira encíclica, intitulada *Ecclesiam Suam* (ES), tinha sua terceira parte toda dedicada ao diálogo. Convocava os católicos a vários círculos de diálogo. De modo muito belo, afirmou que a Igreja mesma se faz diálogo:

A Igreja deve entrar em diálogo com o mundo em que vive. A Igreja faz-se palavra, faz-se mensagem, faz-se colóquio.

Este aspecto capital da vida hodierna da Igreja será objeto de estudo especial e amplo do Concílio Ecumênico, como todos sabem. Nós não queremos entrar no exame concreto dos temas que esse estudo apresenta, para deixarmos aos Padres conciliares a missão de os tratar com toda a liberdade. Queremos só convidar-vos, Veneráveis Irmãos, a antepor a esse estudo algumas considerações, para ficarmos a conhecer mais claramente os motivos que levam a Igreja ao diálogo, os métodos mais aconselháveis e os objetivos em vista. Queremos dispor os ânimos, não tratar as matérias (ES, n. 38).

João Paulo II prosseguiu o caminho do ecumenismo e do diálogo, tendo inúmeros contatos ecumênicos e inter-religiosos, pronunciamentos importantes e passos de aproximação e de reconciliação. Na sua encíclica *Ut Unum Sint* (UUS) sobre o empenho ecumênico, não só reafirmou o

compromisso ecumênico, mas acrescentou que a Igreja Católica assumiu esse compromisso de modo irreversível:

Com o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica empenhou-se, *de modo irreversível*, a percorrer o caminho da busca ecumênica, colocando-se assim à escuta do Espírito do Senhor, que ensina a ler com atenção os “sinais dos tempos”. As experiências que viveu nestes anos, e continua a viver, iluminam ainda mais profundamente a sua identidade e missão na história (UUS, n. 3).

Bento XVI prosseguiu nos contatos ecumênicos e inter-religiosos. Propôs ensinamentos e ponderações pastorais, procurando aprofundamento teológico, testemunho cristão e colaborações na sociedade. Entre dificuldades e contribuições, fez um apelo a caminharmos todos juntos na humildade como peregrinos da verdade e na vivência da caridade.

Estamos em tempos do Papa Francisco. Este contribui com um grande carisma e intensa experiência de diálogo. Sua exortação sobre a evangelização convoca a diálogos e à colaboração social, retomando toda a contribuição anterior dos compromissos pastorais e ecumênicos e avançando intrepidamente na renovação da Igreja, na aproximação aos outros e na busca em comum de auxílio aos necessitados de nosso tempo.

Importa sublinhar que o empenho ecumênico não diz respeito somente aos papas. Segundo o Concílio Vaticano II, o compromisso ecumênico na Igreja deve envolver a todos – pastores e fiéis (UR, n. 5). Os fiéis devem viver o seu protagonismo. Eles promovem as atitudes fundamentais humanas e cristãs. Com elas praticam quotidianamente o diálogo e buscam uma colaboração. Através deles se edifica a sociedade no respeito e no amor.

Acreditamos que é nesses termos e no contexto da nova orientação teológico-pastoral do Concílio Vaticano II, que a Igreja encontra o caminho para a sua fé e sua práxis cristã no mundo de hoje. É renovando-se nas suas atitudes fundamentais, que poderá contribuir com serviços de humanização e santificação. Para isso, é necessário o diálogo no mundo com os vários setores e com as religiões. Um estudo de Kurt Koch sobre a perspectiva da Igreja em diálogo, cinquenta anos depois do Concílio, considera que:

A orientação fundamental teológico-pastoral do Concílio Vaticano II teve como intenção reforçar a fé cristã num mundo, no qual ela parecia perder, cada vez mais, seu dinamismo criativo. A intenção foi a de conferir uma nova força à fé cristã, tornando-a compreensível na atualidade, a partir da convicção de que o cristianismo somente podia recuperar sua força marcante caso se inserisse determinadamente no “hoje” e com a disposição de dialogar com os diversos setores da sociedade, diálogo com as religiões, com as igrejas cristãs e com o judaísmo (KOCH, 2015, p. 35).

Na direção dos diálogos se moveu o Concílio Vaticano II, atendendo aos sinais dos tempos. Hoje se percebe a importância da renovação eclesial e

da melhor inserção de seu dinamismo no mundo. É preciso de novo dar atenção aos sinais dos tempos.

José Pinho mostra as implicações da leitura dos sinais dos tempos para a vida da Igreja. Estuda vários aspectos da escuta dos sinais dos tempos, que envolve uma escuta da Palavra e uma apropriação do movimento da encarnação. Ele destaca o lugar do “sensus fidei” como condição de fidelidade ao Espírito e possibilidade do profetismo. Nesse empreendimento, a Igreja deve entender-se como uma “comunidade dialógica” (PINHO, 2011, p. 165-168). Isso implicaria no diálogo “ad intra”, da Igreja, e no empenho pelo diálogo “ad extra”, no mundo.

Além disso, observa-se ser interessante, que a leitura dos sinais dos tempos tende a fazer avançar o próprio processo de conversão cristã e eclesial (PINHO, 2011, p. 168).

2 Algumas dificuldades apontadas sobre Ratzinger-Bento XVI no campo ecumênico, especialmente a propósito da Declaração Dominus Iesus

Ao nos situarmos no campo do diálogo ecumênico ou do diálogo inter-religioso e nos perguntarmos sobre a contribuição de Bento XVI, podemos escutar as perguntas: o seu nome não está ligado a dificuldades ou crises do ecumenismo? Os seus esforços não foram um ensinamento e um esforço entre limites e tensões?

Em relação com os outros cristãos, Joseph Ratzinger participou de diálogos e depois de Papa apoiou comissões de diálogos. Porém, houve dificuldades sobre tópicos teológicos, particularmente eclesiológicos. Houve preocupação e incerteza sobre o futuro do diálogo. Assim, escutamos falar de dificuldades e frustrações para a expectativa do diálogo ecumênico ligadas, por exemplo, à visita de Bento XVI ao mosteiro de Erfurt, em 2011.

Em relação com outras religiões, apontou-se um controvertido discurso na universidade de Ratisbona, em 12 de setembro de 2006, que, mesmo que não deva ser tomado como um ensinamento papal, não foi um discurso bem conduzido, tendo ocorrido uma inadequada citação de outro autor que ia na direção de uma crítica a outra religião. Foi necessário esclarecer que a intenção não era criticar nem depreciar a outra religião e que o teor da citação não correspondia ao pensamento do papa Bento XVI. Ele reafirmou o seu apreço pela religião mencionada e procurou ocasiões de expressar a sua estima. Quanto ao tema aludido naquela ocasião, sobre a importância da não-violência, ou da paz, Bento XVI em Assis, em 2011, fez um discurso diferente, para o “Dia de reflexão, diálogo e oração pela

paz e a justiça no mundo”. Ali, aludindo a uma crítica a partir do Iluminismo, sobre a religião e as violências, ele propôs novo diálogo sobre a “verdadeira natureza” da religião, o problema de “sua deturpação” e a necessidade de “purificação”. Ele considerou essas questões para a própria religião cristã, que deveria proceder de modo consoante com uma fé no “Deus de amor e da paz”. A sua ponderação crítica veio então a ser feita diretamente sobre a própria história da Igreja Católica. O papa declarou:

É verdade, na história, também se recorreu à violência em nome da fé cristã. Reconhecemo-lo, cheios de vergonha. [...] É tarefa de todos aqueles que possuem alguma responsabilidade pela fé cristã purificar constantemente a religião dos cristãos [...] para que – apesar da fraqueza do homem – seja verdadeiramente instrumento da paz de Deus no mundo” (BENTO XVI, 2011b).

O que se costuma mais destacar, entre as dificuldades e tensões, é a discussão em torno à Declaração *Dominus Iesus* (DI) da Congregação para a Doutrina da Fé, de quando Joseph Ratzinger era prefeito, antes de ser papa. A referida Declaração levou a insatisfações e contestações diversas, já entre católicos que acharam que o documento era rígido e não aproveitava todos os avanços da teologia católica e do diálogo ecumênico. Também sofreu reclamações da parte de outros cristãos, pelos quais foi julgado pouco ecumênico ou mesmo um retrocesso no diálogo. Observou-se ainda que a Declaração dava limites para a teologia das religiões.

Desse modo, observam-se críticas por parte de teólogos em nossos meios acadêmicos. Citaremos dois deles, conceituados, para representá-las, embora sem nos conformarmos inteiramente com suas colocações. A nossa parte de questionamento acrescentaremos um pouco mais adiante, nesta mesma seção.

O teólogo Elias Wolff, ao refletir sobre o significado e os avanços do ecumenismo no horizonte do Vaticano II, cita o discurso inaugural de Bento XVI. Logo depois, também em relação com o pontificado de Bento XVI, relata haver “fatores conjunturais do catolicismo que freiam consideravelmente o impulso ecumênico do Concílio”. Acrescenta: “É verdade que tal situação iniciou-se já com João Paulo II, tendo como principal assessor o então Cardeal Ratzinger. Desde então, muitos pronunciamentos e gestos ecumênicos de líderes eclesiásticos católicos perdem força e visibilidade.” (WOLFF, 2011, p. 410).

Também o teólogo Faustino Teixeira, em artigo divulgado no site “Amai-vos”, faz severa crítica a Bento XVI por ocasião de sua vinda ao Brasil. O autor comenta ideias e avaliações do Papa em relação com a importância de evangelização. A postura do papa é por ele caracterizada como não ecumênica e em desacordo com o valor das religiões. Esses seriam pontos já dados na Declaração DI. Por isso, Faustino Teixeira conclui que “a visita do Papa Ratzinger ao Brasil tem suscitado muito debate”. Depois de uma

alusão à contribuição do Concílio Vaticano II de abertura sobre a liberdade religiosa, o autor apresenta uma preocupação:

É motivo de preocupação para aqueles que trabalham o tema do diálogo inter-religioso, o ritmo que vem marcando a conjuntura eclesial nos últimos 25 anos, que coincide com o período em que o cardeal Ratzinger atuou como prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, sendo depois eleito Papa Bento XVI. Vale destacar em especial o grande desestímulo para o diálogo que significou a Declaração *Dominus Iesus*, sobre a unicidade e universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja, publicada em agosto de 2000. Os anos posteriores seguiram o mesmo ritmo de descompasso dialogal. Não há mudanças substantivas de perspectiva doutrinal e teológica¹.

Ainda no mesmo artigo, o autor refere-se ao importante tema do pluralismo. Ele cita o avanço anterior do documento *Diálogo e Anúncio*, do Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-religioso, aludindo à importância de se aproximar das religiões com grande “sensibilidade, porque encerram valores espirituais e humanos”; e critica o Papa Ratzinger sobre suas concepções de evangelização e de apreciação da situação na América Latina, considerando que “o pluralismo religioso vem diagnosticado negativamente”². Faustino acrescenta que as propostas novas de teologia das religiões estariam sendo cerceadas, com frequentes notificações.

Não colocamos para o presente artigo as tarefas de justificar ou refutar todas essas críticas ou de elaborar tais questões. Reconhecemos, porém, que as críticas traduzem preocupações e percepções de limites que precisariam ser discutidos.

A nós não parece que a Declaração DI recusasse a liberdade religiosa defendida no Concílio Vaticano II nem que excluísse da economia da salvação as pessoas de outras religiões, nem que julgasse que elas não possuem valores espirituais e humanos. Porém, o documento traz dificuldades, já por estar centrado na afirmação da unicidade e universalidade da salvação em Cristo e na Igreja, que são dados da fé cristã.

Achamos que, por um lado, seria necessário que a Declaração DI fosse estudada em seus motivos, seus propósitos, princípios e o conjunto de suas afirmações. Por outro lado, seria importante retomar os mesmos dados fundamentais da fé com mais abertura, acentuando o valor do diálogo e de perspectivas pastorais sensíveis para as relações ecumênicas. Faremos três observações a propósito dessa Declaração.

¹ TEIXEIRA, F. O difícil aprendizado do pluralismo. *Amai-vos*. Disponível em: <http://amai-vos.uol.com.br/amaivos2015/?pg=noticias&cod_canal=66&cod_noticia=8584>. Acesso em: 05 maio 2016.

² *Ibid.*

A primeira observação é sobre o tom. Trata-se de um documento que refere-se à base e à fidelidade da fé. Todavia, parece, por vezes, uma advertência em tom um pouco frio. Na busca de uma teologia das religiões costuma-se desejar uma perspectiva não só de caráter universal e inclusiva na economia da salvação, como mais valorizadora das riquezas espirituais que se encontram dentro da diversidade religiosa. Procuram-se mais as possibilidades do diálogo e motivações para o desenvolvimento teológico nesse campo.

Em segundo lugar, observamos um aspecto que parece restritivo para a compreensão das Igrejas. Mesmo para o âmbito de um ecumenismo estrito entre cristãos, a referida declaração traz dificuldades. Especialmente na questão da relação da Igreja com a Eucaristia. Essa relação é essencial para a teologia católica e ortodoxa. A Declaração considera o valor salvífico nas Igrejas e comunidades. Porém, afirma que “As Comunidades eclesiais que não conservaram um válido episcopado e a genuína e íntegra substância do mistério eucarístico, não são Igrejas em sentido próprio” (DI, n. 17). Ou seja, na perspectiva católica, da Declaração, só se reconhece como Igrejas em sentido próprio aquelas nas quais se reconhece a plenitude da Eucaristia (em perspectiva católica). Isso fica pressuposto mesmo se nas outras Igrejas está presente e atua a Igreja de Cristo (DI, n. 17) e mesmo que, na linha da encíclica *UUS*, de João Paulo II, é admitido que “além dos limites da Igreja Católica não existe um vazio eclesial” (*UUS*, n. 13). Ou ainda que em outras comunidades e Comunidades “certos aspectos do mistério cristão foram, por vezes, mais eficazmente manifestados” (*UUS*, n. 14). A conceituação restritiva traz dificuldades, talvez conexas com a fé católica, mas que não deixam de ser dificuldades para o diálogo ecumênico. O tema do ministério ordenado é importante, mas por sua vez traz dificuldades. Sem ele não se tem a íntegra substância da Eucaristia (*UR*, n. 22) na perspectiva católica.

O significado da Ceia-Eucaristia poderia ser aprofundado com os resultados e as esperanças do diálogo ecumênico da Eucaristia, seja particularmente sobre o conceito bíblico de memorial (CARDOSO, 2002, p. 213-222), seja sobre aspectos especiais de eclesiologia eucarística (CARDOSO, 2002, p. 184-270). O desenvolvimento atual do diálogo ecumênico sobre a Igreja encontra as diferenças confessionais, mas muitos elementos comuns sobre a pertença dos fiéis a uma comunhão com o Deus único e trino (como povo de Deus, corpo de Cristo e templo do Espírito), com o dom da salvação e da missão e com elementos de unidade, santidade, catolicidade e apostolicidade. Veja-se, a respeito disso, o documento da Comissão Fé e Constituição, do Conselho Mundial de Igrejas (*FE Y CONSTITUCIÓN*, 2013). Os conceitos de Igreja como povo de Deus e comunhão de fiéis são pontos aprofundados pelo luterano ecumenista Wolfhart Pannenberg no terceiro volume de sua síntese final de Teologia Sistemática (PANNENBERG, 147-195). Ele destaca a Ceia na vida simbólica da Igreja (p. 387-153) e discute a possibilidade de um ministério ou um serviço de unidade universal (PANNENBERG, p. 561-575). Walter Kasper em sua eclesiologia católica desenvolvida com matizes

ecumênicos aprofunda o tema da Igreja em diversos tópicos de importância: a relação com o “mysterium” da “communio” (KASPER, 2012, p. 98-123); a relação com o Reino (p. 123-139); a identificação de povo de Deus (p. 166-174); as notas de unidade, santidade, catolicidade e apostolicidade (p. 203-255), entre outros tópicos. Com tudo isso, não fica ainda resolvido o problema do reconhecimento do ministério ordenado e do sacramento da Eucaristia, mas muitos pontos essenciais da Igreja (mesmo de sua relação com a Eucaristia) podem ser mais valorizados.

Observamos, em terceiro lugar, para o âmbito do diálogo inter-religioso, que caberia procurar desenvolvimentos teológicos que respondessem às perguntas: como dar mais lugar para a diversidade de riquezas encontradas nas religiões e para o enriquecimento que pode resultar de um diálogo? Como procurar mais a estima do outro? Como aprofundar a própria fé, a sabedoria de vida, a experiência do sagrado, as possibilidades de cooperação, em virtude desses diálogos? Como relacionar as tradições religiosas entre si e expressar que são envolvidas no mesmo desígnio da salvação?

Enfim, poderiam ser apontados também os valores da Declaração, como sua indicação de importantes dados de fé cristã. Vimos alguns dos limites. De qualquer modo, ainda que seja uma referência documental da Congregação para a Doutrina da Fé em um determinado momento e que tenha afirmações fundamentais, sabe-se que a Declaração não é (nem pretende ser) uma expressão completa da fé cristã e da teologia pastoral. Caberão discernimentos, aprofundamentos e prosseguimentos. Caberá procurar outros tipos de contribuições que podem iluminar a solicitude ecumênica em nossos tempos.

3 Ratzinger sublinha o respeito e o amor

Nesta breve seção desejamos estabelecer alguns dos princípios básicos para a solicitude ecumênica. Ou seja, são propostas as atitudes que consideramos mais fundamentais para todas as relações humanas e todo diálogo: o respeito e o amor.

Reportamo-nos a algumas expressivas palavras de J. Ratzinger, ainda antes do seu pontificado, no livro “Sal da Terra”, respondendo a uma entrevista de Peter Seewald sobre o cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio. Diante da pergunta sobre o ecumenismo e a unidade dos cristãos, J. Ratzinger vê que o caminho de unidade não é fácil e que o resultado não se mostra já iminente. No entanto, ele pensa nos procedimentos a tomar, certamente como caminho para mais unidade. Os cristãos poderiam procurar mais aproximação e também um testemunho comum sobre as perguntas maiores. Observamos que enquanto ele trata esses pontos, emerge um dado fundamental: que o mais importante de

tudo é que nos aceitemos uns aos outros e que tenhamos uns pelos outros o respeito e o amor.

Já se terá conseguido muito se não houver mais divisões. E se compreendermos que, estando divididos, podemos estar unidos em relação a muitas questões. Não penso que possamos chegar muito rapidamente a grandes 'uniões confessionais'. É muito mais importante que nos aceitemos mutuamente com grande respeito interior, sim, com amor, que nos reconheçamos como cristãos e que procuremos dar um testemunho comum ao mundo nas questões essenciais, tanto para a formação correta da ordem no mundo quanto para a resposta às grandes perguntas sobre Deus, a origem e o destino do Homem (RATZINGER, 1997, p. 191-192).

Desse modo, ao acentuar que para o ecumenismo o que mais importa é que nos aceitemos mutuamente com grande respeito e amor, ele mostrava o caminho a trilhar. Estava na esteira do Concílio Vaticano II, com palavras muito próximas da Constituição pastoral GS, a qual propusera aos fiéis atitudes de respeito e caridade para com todas as pessoas, mesmo as que pensam diferentemente de nós:

O respeito e caridade devem se estender também àqueles que em assuntos sociais, políticos e mesmo religiosos pensam e agem de maneira diferente da nossa. Aliás, quanto mais intimamente com humanidade e caridade compreendemos o seu modo de pensar, tanto maior será a facilidade para poder iniciar um diálogo com eles (GS, n. 28).

Parece-nos que essa ênfase no respeito e no amor foi o caminho que J. Ratzinger encontrou para a perspectiva ecumênica e as relações das pessoas em geral. Porque são as atitudes que mais se devem prescrever para as relações cristãs e humanas. São as condições de um bom diálogo e de uma boa convivência.

Achamos, pois, que essas palavras – respeito e amor – são as palavras principais naquela consideração de J. Ratzinger sobre o ecumenismo. Observamos que essa recomendação para se ter respeito e amor continuaria a ser enfatizada também quando ele fosse papa. Foi junto com a exigência de ter respeito e amor, que ele considerou importante o mútuo reconhecimento como cristãos; e ainda o testemunho comum para as questões mais essenciais, sobre Deus e o ser humano e sobre a formação da reta ordem no mundo.

4 Algumas orientações na Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos

A Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos é celebrada em dois momentos do ano. No hemisfério norte se costuma dar preferência ao período de 18 a 25 de janeiro. No hemisfério sul ela costuma ser celebrada da

Ascensão a Pentecostes. As Semanas de Oração constituem um momento especial para o chamado “ecumenismo espiritual”, como força que conduz o ecumenismo a partir de uma vida interior de renovação, conversão e oração. Kasper descreve que “a espiritualidade ecumênica [...] é um processo espiritual, conduzido em fiel obediência ao Pai, seguindo o desejo de Cristo, sob a orientação do Espírito Santo. O trabalho do ecumenismo, portanto, está enraizado nos fundamentos da espiritualidade cristã, exigindo mais do que diplomacia eclesial, diálogo acadêmico, envolvimento social e cooperação pastoral” (KASPER, 2007, p. 10).

Poderia ser interessante ver as catequeses de Bento XVI sobre o ecumenismo dadas na Semanas de Oração pela Unidade dos Cristãos. Tracejaremos três dessas audiências.

No primeiro ano do pontificado de Bento XVI, na audiência da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos (em 18 de janeiro de 2006), observamos alusões a vários elementos do ecumenismo. Bento XVI citou o Decreto UR, n.1; n. 7; n. 8. Falou da importância da oração, também da conversão do coração e da santidade de vida, como núcleo ou “alma de todo o movimento ecumênico”. Era o “ecumenismo espiritual”, tema que o papa viria a sublinhar muitas outras vezes, seja falando aos fiéis católicos, seja no encontro com outros cristãos. Naquela audiência, insistiu na importância de procurarmos estar unidos a Deus – ou seja, em comunhão com o Pai, com o Verbo e com o Espírito Santo – para aumentar nossas relações fraternas. Disse: “esta comunhão em Cristo apoia todo o movimento ecumênico e indica a finalidade da busca da unidade de todos os cristãos na Igreja de Deus”. Bento XVI citou João Paulo II (palavras de UUS, n. 41), constatando que o ecumenismo já deu passos importantes, o que seria motivo para agradecer a Deus: “reconhecer o que Deus já concedeu é a condição que nos predispõe a receber os dons ainda indispensáveis” (BENTO XVI, 2006a).

No ano seguinte, também na audiência da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos (em 24 de janeiro de 2007), Bento XVI retomou o Decreto UR para reafirmar que a solicitude para se restabelecer a união “diz respeito a toda a Igreja, tanto aos fiéis como aos Pastores, e a cada um segundo as próprias forças, tanto na vida cristã de cada dia, como nos estudos teológicos e históricos”. Ele novamente mostrou como primeiro dever comum o da oração.

Na mesma audiência, na qual ele interpretou que o ecumenismo é “um processo lento”, ele o descreveu ainda como:

caminho em ascensão, como qualquer caminho de arrependimento. Mas é um caminho que, depois das dificuldades iniciais e precisamente nelas apresenta também amplos espaços de alegria [...] permite respirar, de vez em quando, a plenos pulmões o ar puríssimo da plena comunhão (BENTO XVI, 2007).

Ele considerou vários níveis de atuação ecumênica e várias circunstâncias. Seriam passos dados: as iniciativas das pessoas de procurar mais unidade nos seus meios paroquiais, nos hospitais, em contatos diversos, em colaborações locais, em gestos de boa vontade. Também seriam passos empreendidos os encontros e acontecimentos ecumênicos, os quais se davam em seu próprio ministério, como as visitas que recebera de patriarcas ortodoxos e do arcebispo anglicano de Cantuária, o seu encontro com o Patriarca Ecumênico em sua viagem à Turquia.

Já na audiência de 18 de janeiro de 2011, Bento XVI, acompanhando o tema escolhido para a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, comentou o ecumenismo em relação com o modelo da Igreja primitiva em At 2, 42. Destacamos quatro das suas observações:

a) Uma, sobre o ensinamento dos apóstolos; ele diz: “cada esforço pela construção da unidade entre todos os cristãos passa, portanto, pelo aprofundamento da fidelidade ao *depositum fidei*, que nos foi transmitido pelos Apóstolos”.

b) Sobre a comunhão fraterna, com a partilha dos bens, ele aprecia o que já se procurou fazer de ecumenismo: “a história do movimento ecumênico está marcada por dificuldades e incertezas, mas é também uma história de fraternidade e de amizade, de cooperação e de partilha humana e espiritual”.

c) Sobre o elemento da fração do pão, afirma que “a comunhão no sacrifício de Cristo [...] representa também a plenitude da unidade dos discípulos de Cristo, a plena comunhão”. Depois incentiva ao compromisso e empenho de todos “a fim de que sejam removidos os obstáculos para a plena comunhão, chegue o dia em que será possível reunir-se ao redor da Mesa do Senhor, partir juntos o Pão eucarístico e beber do mesmo cálice.”

d) Sobre a oração, insiste na sua importância; e sugere rezar junto o Pai-Nosso no espírito de fraternidade e na disposição de perdão e de reconciliação (BENTO XVI, 2011a).

Citamos todo um outro trecho dessa mesma audiência, sobre o testemunho e o serviço dos cristãos. Retomam-se elementos do Decreto *UR*, mas eles encontram em Bento XVI uma própria expressão e uma nova acentuação:

Temos que oferecer um forte testemunho, fundado espiritualmente e sustentado pela razão, do único Deus que se revelou e nos fala em Cristo, para sermos portadores de uma mensagem que oriente e ilumine o caminho do homem do nosso tempo, muitas vezes desprovido de pontos de referência claros e válidos. Então, é importante crescer cada dia no amor recíproco, comprometendo-nos a superar as barreiras que ainda existem entre os cristãos; sentir que existe uma verdadeira unidade interior entre todos aqueles que seguem o Senhor; colaborar o mais possível, trabalhando juntos sobre as questões ainda abertas; e sobretudo

permanecendo conscientes de que nesse itinerário o Senhor deve assistir-nos, ainda nos deve ajudar muito, pois sem Ele, sozinhos, sem ‘permanecer nele’, nada podemos (BENTO XVI, 2011a).

Essas audiências esboçam aspectos diversos do ecumenismo, muitas vezes retomados do Decreto UR. O ecumenismo, contando sempre com a assistência de Deus, consistiria no caminho para a unidade, até a unidade plena. Envolve a solicitude de pastores e fiéis. Faz-se primeiramente pela oração, conversão e santidade de vida. Faz-se pelos estudos teológicos e históricos. Faz-se, sobretudo, pelo diálogo. Pode dar passos nos encontros e nas ações quotidianas, particularmente através de atividades e serviços na caridade. A sua inspiração está alicerçada na fé apostólica. O testemunho comum da fé cristã haveria de poder servir para a orientação de muitas pessoas.

5 Na perspectiva do respeito e do amor – o amor de Deus e o nosso amor

Um ponto fundamental para a vida cristã é que ela tem como referência o dom do amor. O amor é um tema acentuado por Bento XVI. Vimos que estava presente na resposta de J. Ratzinger sobre o que achava mais importante no ecumenismo. Estava presente em várias audiências de Bento XVI em Semanas de Oração Pela Unidade dos Cristãos. Sua primeira encíclica é intitulada *Deus é Amor* (DA), de 25 de dezembro de 2005. Para Bento XVI, “é importante crescer cada dia no amor recíproco” (BENTO XVI, 2011a).

Quando acabara de ser lançada a encíclica DA, vimos Bento XVI comentar que achava providencial que a tradução da encíclica se publicasse na mesma Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos. Ele ponderou que o tema da Encíclica “não é imediatamente ecumênico”, mas que “o quadro e o pano de fundo são ecumênicos, porque Deus e o nosso amor são a condição da unidade dos cristãos” e de certo modo também “são a condição da paz no mundo” (BENTO XVI, 2016a).

Ele ainda falou nessa mesma audiência sobre a vocação de amor da Igreja, afirmando que a “Igreja” deve ser “expressão do amor de Deus” (BENTO XVI, 2016a). Na encíclica sobre o amor, recém-lançada, que ele então comentava, ele havia tratado sobre o amor de Deus – e que Deus é Amor. Lá ele falava também sobre o dever da Igreja de viver no amor.

Assim, ele vê a prática da caridade como um elemento constitutivo da Igreja. Já diretamente sobre o ecumenismo, o papa Bento XVI apresenta a Igreja na disponibilidade para a colaboração ecumênica na caridade e no empenho por fazer triunfar o respeito pelos direitos de todas as pessoas e pelo atendimento às necessidades de todas as pessoas:

Na Igreja Católica e em outras Igrejas e Comunidades eclesiais também apareceram novas formas de atividade caritativa e ressurgiram antigas com zelo renovado. São formas nas quais se consegue muitas vezes estabelecer uma feliz ligação entre evangelização e obras de caridade. Desejo confirmar explicitamente aquilo que o meu grande predecessor João Paulo II escreveu na sua Encíclica *Sollicitudo rei socialis* (n. 32), quando declarou a disponibilidade da Igreja Católica para colaborar com as organizações caritativas dessas Igrejas e Comunidades, uma vez que todos nós somos movidos pela mesma motivação fundamental e temos diante dos olhos idêntico objetivo: um verdadeiro humanismo, que reconhece no homem a imagem de Deus e quer ajudá-lo a levar uma vida conforme a esta dignidade. Depois, a Encíclica *Ut unum sint* voltou a sublinhar que, para o progresso rumo a um mundo melhor, é necessária a voz comum dos cristãos, o seu empenho em ‘fazer triunfar o respeito pelos direitos e necessidades de todos, especialmente dos pobres, humilhados e desprotegidos’ (DA, n. 43).

O tema da encíclica DA levou ao estudo sobre “o amor como princípio unificador orientativo e nucleador da vida moral” (SILVA, 2009). Uma pesquisa com esse tema considera que, “se a situação atual é de mudanças [...] o amor torna-se fundamental para uma nova postura em sociedade”. Isso está implicado para a vida cristã, onde “a moral cristã pode ser a mediadora prática da fé”, mas considerando-se que se faz necessária ainda “uma ética mundial”, com a regra de ouro: “não faças a ninguém o que não queres que te façam”. O pesquisador propõe uma reflexão sobre valores e normas nessa direção. Ele considera “a inseparabilidade do amor a Deus e o amor ao próximo”, e procura no amor trinitário “fonte e meta do agir moral” (SILVA, 2009, p. 5).

A encíclica DA é percebida então no aspecto da referência ao Absoluto, tendo Deus como o Amor em plenitude (SILVA, 2009, p. 58). É estudada para a análise dos conceitos de *eros* e *agape*, com uma unidade, posto que “na tradição cristã [...] nunca se deixam separar completamente” (p. 62). Poderia inspirar o diálogo inter-religioso, pois leva a um ideal comum em torno à vivência do amor:

Essa unidade de “eros” e “agápe” que o teólogo vê ensinada a seu modo pelo texto de João, está no âmago de uma das mais antigas tradições espirituais cristãs, servindo de compreensão para o ideal comum a todas as grandes tradições religiosas, de uma vida dedicada ao Absoluto e manifestada pela prática da bondade, ou seja, unificada no amor” (SILVA, 2009, p. 61).

6 A comunhão e o testemunho dos cristãos

O tema da unidade dos cristãos se aplicaria junto ao conceito de comunhão e do testemunho dos cristãos juntos. Propõe-se aqui abordá-lo nesses dois aspectos.

6.1 Consideração sobre a última exortação apostólica de Bento XVI

Existem algumas referências importantes de interesse ecumênico na última exortação apostólica de Bento XVI: a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Ecclesia in Medio Oriente* (EMO). O tema principal era “Comunhão e testemunho”.

O documento refere-se primeiramente à Igreja Católica no Oriente Médio, incluindo seus vários ritos, e diferentes tradições. Refere-se às Igrejas que ali estão em comunhão com o papa, mas o que diz sobre elas importa para toda a Igreja Católica. Os fiéis católicos são orientados para viver na comunhão e no testemunho. Desde o início se fala no “testemunho, fruto duma vida de comunhão com Deus e com o próximo” (EMO, n.1).

Ocorre também que, para além do envolvimento das comunidades católicas, já os primeiros parágrafos do texto abrem-se às relações ecumênicas e universais. Os cristãos católicos convivem com cristãos de várias outras Igrejas e Comunidades eclesiais e estão situados em meio ao convívio com pessoas de diferentes religiões.

A exortação discorre sobre a comunhão que existe (ainda que incompleta) e sobre o testemunho comum dos cristãos que se deve buscar. Bento XVI lembra que favorecer a unidade fortifica a credibilidade do Evangelho. Ele lembra que é preciso um aprofundamento na fé. Insiste em que é preciso viver com a verdade e na caridade. O conteúdo do texto é ainda mais rico espiritualmente:

este mosaico exige um esforço considerável e constante para favorecer a unidade no respeito das riquezas próprias, a fim de reforçar a credibilidade do anúncio do Evangelho e o testemunho cristão (6). A unidade é um dom de Deus, que nasce do Espírito e que é preciso fazer crescer com paciente perseverança (cf. 1Pd 3,8-9). Como sabemos, quando as divisões nos contrapõem, a tentação é fazer apelo simplesmente a critérios humanos, esquecendo os sábios conselhos de São Paulo (cf. 1Cor 6,7-8). Ele exorta: ‘Esforçai-vos por manter a unidade do Espírito, mediante o vínculo da paz’ (Ef 4, 3). O centro e o fruto do verdadeiro ecumenismo é a fé. Esta precisamos de começar a aprofundar. A unidade brota da oração perseverante e da conversão, que leva cada um a viver de acordo com a verdade e na caridade (cf. Ef 4,15-16) (EMO, n. 11).

Além disso, Bento XVI de novo sublinha o ecumenismo espiritual. Fala de partilha espiritual, de diálogo, de testemunho, de colaboração para a caridade. Lembra os mártires como testemunhas sem fronteiras. Apresenta condições requeridas para a busca de um testemunho comum, entre elas o respeito e o amor:

o testemunho autêntico requer o reconhecimento e o respeito pelo outro, a disponibilidade ao diálogo na verdade, a paciência como uma dimensão do

amor, a simplicidade e a humildade de quem se reconhece pecador diante de Deus e do próximo, a capacidade de perdão, reconciliação e purificação da memória, a nível pessoal e comunitário (EMO, n.12).

Bento XVI explicita de novo em outro parágrafo que *o diálogo “se há de desenvolver no amor e no respeito recíproco”* (EMO, n. 14). É assim o mesmo tema do respeito e do amor, enfatizados desde antes do pontificado e que permanecem a cada passo.

Podemos depreender do documento que a comunhão que já temos deve expressar-se e crescer. Fala-se em exprimir a unidade na fé e em valorizar as diferentes tradições. Fala-se que o amor a Cristo e os vínculos de unidade impelem ao crescimento na unidade. Valorizam-se: as iniciativas de oração e de ação dos que promovem a amizade e a fraternidade; o trabalho dos teólogos; a aproximação da Bíblia. O ecumenismo aconteceria também nos campos caritativo e educativo e para a promoção dos valores da vida humana, da justiça e da paz.

6.2 Sobre a unidade dos cristãos no testemunho da fé apostólica

No discurso de Bento XVI em uma celebração ecumênica em Chipre (em 2010), ele considerou a comunhão eclesial na fé apostólica um dom que chama ao testemunho. Lembrou que a unidade de todos os cristãos deve ser pedida a Deus. Disse que tal unidade fortaleceria o testemunho para o mundo hoje: a comunhão eclesial na fé apostólica é tanto um dom como um apelo à missão [...] a unidade de todos os discípulos de Cristo é um dom que se deve implorar ao Pai na esperança de que Ele fortaleça o testemunho do Evangelho no mundo de hoje” (BENTO XVI, 2010a).

Já em outro discurso, (agora no Ocidente) nos Estados Unidos (em 2008), Bento XVI defendeu a busca de um testemunho comum alicerçado no ensinamento apostólico. O testemunho serve também à esperança.

Diante da globalização, que pode abrir possibilidades de solidariedade, mas também tem dado sinais de fragmentação e de fechamento no individualismo, e diante da ideologia secularista, Bento XVI adverte que muitas pessoas, inclusive jovens, procuram formas mais autênticas de comunidade. Nesse contexto seria necessário “um testemunho fiel do Evangelho”, pois “pede-se aos cristãos que digam claramente a razão da sua esperança (cf. 1Pd 3, 15)”.

O mesmo papa fazia ver que as fragmentações das comunidades cristãs favorecem a confusão. Os cristãos devem, antes, procurar dar um testemunho comum, pois “o mundo perdeu a orientação e tem necessidade de testemunhos comuns e convincentes do poder salvífico do Evangelho (cf. Rm 1,18-23)”. O testemunho comum deveria tomar referência no testemunho

dos Apóstolos e aos símbolos da fé. O testemunho cristão faria ver “que Deus manifestou o seu rosto (cf. 2Cor 3,12-18) e nos permitiu aceder à sua vida divina através de Jesus Cristo. Só Ele é a nossa esperança! Deus revelou o seu amor por todos os povos” (BENTO XVI, 2008).

Podemos comparar o que Bento XVI disse da encíclica DA com a encíclica sobre a esperança: a *Spe salvi*. Esta também não trata diretamente do ecumenismo, mas aponta para a esperança. Ilumina o testemunho da esperança, das razões da fé e da esperança, testemunho que também deve ser feito com mansidão e respeito.

A esperança coloca-se no horizonte dos cristãos, os quais podem procurar apoiar-se e fortalecer-se mutuamente na esperança. Podem testemunhar juntos a sua esperança. E trabalhar para que o mundo se ilumine com essa esperança, descubra o dom, as razões, os compromissos e os frutos da esperança cristã. Certamente que essa esperança irmana os diversos cristãos e convida-os a um diálogo em mais confiança e mais solidariedade, em vista do que se propõe na mesma fé e do que se deseja e espera em comum.

Perguntamo-nos sobre o significado desse compromisso missionário com o testemunho da fé apostólica em nossos meios como a América Latina. Vemo-nos chamados a ser discípulos missionários, conforme propôs o CELAM no Documento de Aparecida, tendo sido feita pelo Papa Bento XVI a abertura da V Conferência.

Na análise de Hackmann, a conferência de Aparecida foi uma experiência eclesial que percebeu as riquezas da América Latina e do Caribe e na qual os participantes puderam dar-se conta de que é o Espírito Santo quem guia a Igreja (HACKMANN, 2007, p. 321). Na metodologia dos trabalhos, contou-se com ampla participação. A própria preparação envolveu “seminários, congressos, reuniões e encontros, realizados, a maioria, ao longo do ano de 2006” (HACKMANN, 2007, p. 321). A conferência envolveu vários organismos do Vaticano, os presidentes das Conferências Episcopais da América Latina e representantes diversos das Igrejas locais. Foram convidados a falar também observadores não católicos. Foi uma “Conferência otimista e integradora” (HACKMANN, 2007, p. 323). Nesse contexto de unidade se propôs como chave temática ser “discípulos missionários”. A orientação foi que “a Igreja deverá fazer tudo o que estiver ao seu alcance para reverter a situação atual de descrença e abandono da Igreja, para que o Continente latino-americano não perca a sua característica cristã, que nasceu sob o signo da cruz redentora e da devoção mariana. Aqui se formou uma cultura cristã, que o torna o continente da esperança para os outros povos do mundo, por causa da sua fé viva” (HACKMANN, 2007, p. 324).

7 Também no diálogo inter-religioso: o respeito e o amor

Poucos dias depois do início do pontificado, Bento XVI recebeu a visita de representantes de Igrejas e Comunidades Eclesiais e de outras religiões. Dirigindo-se às pessoas de outras religiões, às quais chamou de “amados amigos das diversas tradições religiosas”, agradeceu pela presença e falou em “comprometer-se num diálogo autêntico e sincero, construído no respeito da dignidade de todas as pessoas humanas, criadas, como nós cristãos cremos firmemente, à imagem e semelhança de Deus” (BENTO XVI, 2005b).

Nesse mesmo discurso, Bento XVI falava nos laços inter-religiosos que existiam e que ele desejava continuassem a existir, os quais ele descrevia como pontes de amizade e de busca do bem: “que a Igreja deseja dar continuidade à construção de pontes de amizade com os seguidores de todas as religiões, a fim de procurar o bem autêntico de todas as pessoas e da sociedade no seu conjunto.”

Uma tônica desse mesmo discurso foi apontar para a paz, citando o que dissera João Paulo II na sua carta *Novo millennio ineunte* (n. 55): “O nome do único Deus deve tornar-se cada vez mais, como é, um nome de paz e um imperativo de paz” (BENTO XVI, 2005b). A busca da paz constituía, para Bento XVI, um dos objetivos do diálogo inter-religioso.

Naquela exortação EMO, supramencionada neste artigo, ao discorrer sobre o diálogo inter-religioso entre cristãos, judeus e muçulmanos, Bento XVI explicitara: “Possam os judeus, os cristãos e os muçulmanos entrever no outro crentem irmão a respeitar e a amar”... (EMO, n. 19). Não somente faz um reconhecimento de uns e outros como crentes, mas retomava os princípios básicos do respeito e do amor, de uns pelos outros.

Para Bento XVI, quando se crê diferentemente, torna-se isso uma ocasião de se retomar especialmente o respeito e o amor. Falando no encontro com a comunidade hebraica, na sua primeira viagem à Alemanha, ele considera o diálogo levando em conta as diferenças, que exigem aprofundar ainda mais o respeito e o amor. Assim encoraja o diálogo:

encorajo um diálogo sincero e confiante entre os judeus e os cristãos [...] este diálogo não deverá esquecer nem subestimar as diferenças existentes: mesmo nos aspectos que, em virtude da nossa íntima convicção de fé, nos distinguem uns dos outros, aliás de forma específica em tais aspectos devemos respeitar-nos e amar-nos reciprocamente (BENTO XVI, 2005a).

As diferenças de perspectivas, nas quais se exercita ainda mais a exigência do respeito e da liberdade, não impedem o progresso do diálogo. O desenvolvimento do diálogo judaico-cristão desde a NA é analisado por Kurt Koch, que observa os resultados felizes da recepção desse documento

dada nos estudos, nos outros documentos que procuram sua aplicação e em atitudes renovadas. Ele aponta também para as questões abertas e para um projeto de reflexão dialogal sobre Jesus Cristo e o povo judaico hoje (KOCH, 2015, p. 46).

Outra vez, no discurso aos líderes de outras religiões, na viagem ao Reino Unido, Bento XVI fala em respeito e em amor, de uns para com os outros:

o credo religioso genuíno [...] impele-nos a cultivar a prática das virtudes e a aproximar-nos uns dos outros com amor, no maior respeito pelas tradições religiosas que são diferentes da nossa [...] o diálogo entre as religiões exige o respeito recíproco, a liberdade de pôr em prática a sua própria religião (BENTO XVI, 2010b).

Uma das importantes solitudes do diálogo inter-religioso, para Bento XVI, haveria de ser a defesa da liberdade religiosa, como um direito sagrado, fundado na razão, radicado na dignidade da pessoa humana. Ele procurou que o diálogo inter-religioso também fosse caminho para fundamentar e promover o bem de todos e a paz. Por isso, o tema do dia mundial da paz em 2011 foi “a liberdade religiosa, caminho para a paz”, como será dito a seguir.

8 Testemunho comum da transcendência e serviço ao bem das pessoas

No discurso dirigido aos líderes de outras religiões na viagem apostólica ao Reino Unido em 2010, Bento XVI compartilhou o comprometimento comum com a busca do sagrado. Ele observou, porém, que é primeira e principalmente Deus quem nos busca. Então considerou que a busca espiritual, compartilhada pelos que creem, mesmo de diversas maneiras, é importante testemunho para o mundo:

no plano espiritual, de diferentes maneiras, estamos pessoalmente comprometidos numa viagem que oferece uma resposta importante à interrogação mais importante de todas, que diz respeito ao significado derradeiro da existência humana. A busca do sagrado é a procura da única realidade necessária, a única que satisfaz às expectativas do coração do homem [...] A vossa presença e o vosso testemunho no mundo indica a importância fundamental, para a vida humana, desta busca espiritual em que estamos comprometidos (BENTO XVI, 2010b).

Bento XVI propôs para o diálogo que a busca do sagrado, que não desvaloriza outros campos do saber, antes amplia o significado do caminho humano. O credo religioso genuíno aponta para a transcendência. Também recordou o imperativo da conversão moral e do dever de viver pacificamente. Posto que inspira gestos em benefício de toda a família humana,

impele às virtudes e a nos aproximarmos com respeito e amor, uns aos outros. Ao aludir ao diálogo e à colaboração, o papa Bento XVI remetia à consideração da Declaração NA. Desdobrava também vários modos de fazer diálogo, dentre os quais destacamos aqui a edificação humana e a promoção da justiça e da paz:

o diálogo da ação faz com que nos aproximemos de formas concretas de colaboração enquanto aplicamos as nossas intuições religiosas à tarefa de promover o desenvolvimento humano integral, trabalhando pela paz, pela justiça e pela salvaguarda da criação” (BENTO XVI, 2010b).

Na mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1º de janeiro de 2011, cujo tema foi “a liberdade religiosa, caminho para a paz”, Bento XVI valorizou o respeito recíproco e o diálogo: “Os líderes das grandes religiões, pela sua função, influência e autoridade nas respectivas comunidades, são os primeiros a ser chamados ao respeito recíproco e ao diálogo” (BENTO XVI, 2011c, n.10).

Na mesma mensagem Bento XVI considerou que o diálogo inter-religioso constitui um instrumento para promovermos o bem: “Para a Igreja, o diálogo entre os membros de diversas religiões constitui um instrumento importante para colaborar com todas as comunidades religiosas para o bem comum” (BENTO XVI, 2011c, n. 11).

Desse modo, colhemos já alguns aspectos do diálogo inter-religioso: a expressão do respeito, a busca de amizade, a defesa dos direitos das pessoas – inclusive e especialmente da liberdade religiosa, o compartilhamento da busca do sagrado com a indicação da transcendência e de valores humanos e, entre outras coisas, a defesa da criação, e, afirmado com particular ênfase, o objetivo de promover o desenvolvimento humano integral, o bem comum, a justiça, a paz.

Naquela mensagem para o Dia Mundial da Paz, de 2011, Bento XVI recordou que ia acontecer o 25º aniversário da “Jornada Mundial de Oração pela Paz” em Assis, daquela que tinha sido promovida em 1986 pelo Papa João Paulo II: aquela primeira jornada mundial fora um dia no qual “os líderes das grandes religiões do mundo deram testemunho da religião como sendo um fator de união e de paz” (BENTO XVI, 2011c, n.11).

Bento XVI comemorou depois o aniversário daquela jornada com um novo dia de reflexão, diálogo e oração pela justiça e pela paz, sob o tema “peregrinos da verdade, peregrinos da paz”. O convite, então, estendeu-se a quantos procurassem o bem e a paz – cristãos, de outras religiões, também os agnósticos. Nas palavras de Bento XVI, “trata-se de nos sentirmos juntos neste caminhar para a verdade, de nos comprometermos decisivamente pela dignidade do homem e de assumirmos juntos a causa da paz” (BENTO XVI, 2011b).

9 *Gratuidade, reciprocidade e colaboração social*

O tema magno da caridade é aprofundado na terceira encíclica de Bento XVI – *Caritas in veritate* (CV). Destacamos alguns pontos. Primeiro: a ênfase na caridade como dom: “a caridade é amor recebido; é ‘graça’ (*cháris*)”. É dom de Deus aos seres humanos, que são chamados a difundir por sua vez a caridade: “destinatários do amor de Deus, os homens são constituídos sujeitos de caridade, chamados a fazerem-se eles mesmos instrumentos da graça, para difundir a caridade de Deus e tecer redes de caridade” (CV, n. 5). É um dom, a partir do qual somos todos chamados a formar redes de amor.

Bento XVI considerou que a caridade é “repleta de verdade” (CV, n. 4), de modo que propõe a doutrina da caridade na verdade, juntamente com alguns critérios orientadores da ação moral: a justiça e o bem comum. A caridade supera a justiça, mas não existe sem ela (CV, n. 6). E amar alguém é querer o seu bem e agir para que se realize esse bem; ao lado do bem individual, existe o bem ligado à vida social, o bem comum. Bento XVI quer falar do amor na verdade, sendo a caridade iluminada pela razão e a fé, e tomando objetivos de desenvolvimento com valência humana e humanizadora, de onde o amor vence o mal com o bem (cf. Rm 12, 21). Ele abre à *reciprocidade* das consciências e das liberdades (CV, n. 9). Essa valência humana e humanizadora é fundamental na compreensão da caridade na verdade. Ela tem um grande potencial para os diálogos.

Tendo sublinhado a caridade como dom, o papa Bento XVI acentuou este aspecto de dom que “realiza e exprime a sua dimensão de transcendência” (CV, n. 34). Para ele, “a comunidade dos homens pode ser constituída por nós mesmos”, mas, para se realizar plenamente depende do amor de Deus: “a unidade do gênero humano, uma comunhão fraterna para além de qualquer divisão, nasce da Palavra de Deus-Amor” e o desenvolvimento humano precisa “dar espaço ao *princípio da gratuidade* como expressão de fraternidade” (CV, n. 34). A doutrina social da Igreja considera “possível viver relações autenticamente humanas de amizade e camaradagem, de solidariedade e reciprocidade, mesmo no âmbito da atividade econômica” (CV, n. 36).

Bento XVI dedica um capítulo especial à colaboração na família humana, já supostas a gratuidade do dom do amor e as exigências de justiça e de bem comum. Ele menciona a unidade que deve envolver a diversidade de pessoas, povos e culturas – “torna-os mais transparentes reciprocamente, mais unidos nas suas legítimas diversidades” (CV, n. 53). Bento XVI pensa que “o desenvolvimento tem necessidade das religiões e das culturas dos diversos povos”, com um discernimento, tendo-se em vista o bem comum, a caridade e a verdade. A razão seja purificada pela fé e a fé purificada pela razão (CV, n. 56).

Nesse diálogo fecundo, busque-se “a colaboração fraterna entre crentes e não crentes na perspectiva comum de trabalhar pela justiça e a paz da humanidade” (CV, n. 57). Bento XVI lembra que, para os crentes, o mundo é um projeto divino, de modo que daí nasce um dever – o “dever que os crentes têm de unir os seus esforços com todos os homens e mulheres de boa vontade de outras religiões ou não crentes, para que este mundo corresponda efetivamente ao projeto divino: viver como uma família, sob o olhar do seu Criador” (CV, n. 57).

Pode-se reconhecer que a peregrinação da verdade é também peregrinação de caridade e conclama à responsabilidade e à fraternidade. Abraçaria a justiça e a paz, o desenvolvimento, a partilha e uma ampla colaboração. Envolveria um diálogo de razão e fé, de crentes e não crentes, de todas as pessoas em busca do bem. Retomando uma expressão empregada por João Paulo II (UUS, n. 28), o diálogo como um “intercâmbio de dons” seria intercâmbio, então, com esses dons de Deus de que nos falou Bento XVI, com gratuidade e reciprocidade. Esses dons se orientam para a caridade na verdade, a fim de se viver como uma família humana.

A fraternidade e a reciprocidade são elementos pressupostos de relações humanas. Deveriam ser contados como pressupostos de vivência cristã e da missão evangelizadora. A propósito de podermos compartilhar esses dons nas relações entre cristãos e todas as pessoas e procurar sua maior frutificação, é interessante uma observação de David Mesquiati Oliveira, feita a partir de sua experiência de missionário protestante entre os Quéchuas. Ele testemunha que, ao mesmo tempo em que falava aos Quéchuas um evangelho de salvação e fraternidade, neles encontrava expressões concretas de solidariedade e de reciprocidade. Por isso, ele sugere uma “teologia recíproca”, que “pressupõe interação, integração, vinculação, complementaridade, correspondência e relacionalidade” (OLIVEIRA, 2013, p. 181). Ou seja, uma teologia que aproveita e aprofunda o fato de que tais valores podem ser compartilhados e podem convergir para frutos comuns.

A ideia de reciprocidade vai de par com a de alteridade. Também Fernando Soares tem uma contribuição a partir de sua perspectiva anglicana. Ele propõe uma reflexão na qual mostra acolhida dos esforços católicos de teologia e prática do ecumenismo. Para ele, o caminho ecumênico é que os cristãos se abram à alteridade, acolhendo-se mutuamente. O diálogo ecumênico é assim diálogo com o “outro”. Associando-se à filosofia da alteridade, expressa que somente com os outros a pessoa pode ser reconhecida: “é na relação com o ‘outro’ que o ‘eu’ se constrói e aperfeiçoa a sua identidade. E a natureza do ‘outro’ é a alteridade, a condição do que é diferente, aquele que me é necessário para saber quem eu sou” (SOARES, 2011, p. 70). Além dessa abertura ao outro, ele pensa na necessidade de uma transformação:

o diálogo ecumênico, nas exigentes e complexas realidades sociológicas das sociedades em que vivemos, necessita que se opere nas igrejas cristãs uma verdadeira transformação, uma mudança de perspectiva de vida. Importa que sejam igrejas peregrinas, a caminho, sempre abertas às surpresas de Deus. Igrejas dispostas a correr riscos, a olhar o “outro” com a humildade de quem se reconhece frágil e pecadora. Igrejas aptas a dar o *salto qualitativo*, passando do seu autocentrismo para uma atitude de compreensão da diferença, centrada no mistério dos outros e no mistério de Deus (SOARES, 2011, p. 75)

A abertura ao outro e ao Outro, que constituem uma graça, permitirá a vivência da gratuidade, da reciprocidade e da colaboração. Conforme vimos, são elementos presentes na encíclica CV de Bento XVI. A centralidade do amor de Deus, afirmada por Bento XVI será retomada por Francisco. Trata-se do mesmo amor de Deus que nos impele e nos leva aos outros. Também a exigência de transformação e renovação da Igreja e maior engajamento dos cristãos serão aspectos acentuados do ensinamento teológico-pastoral do Papa Francisco. Encontra-se um espaço para uma mudança de perspectiva, com as surpresas de Deus de que falou Soares.

10 Avanço ecumênico na *Evangelii Gaudium* do papa Francisco

É sabido que o Papa Francisco trouxe consigo uma nova ênfase para os diálogos. Além disso, ele logo abriu um caminho de renovação e de reforma na Igreja, tendo insistido em que devemos promover uma cultura do encontro e do diálogo. A sua teologia, ao mesmo tempo esclarecida e voltada para o essencial, é proposta em linguagem simples e comunicativa. As suas linhas pastorais envolvem vários aspectos da vida e da missão da Igreja, levando a correções de perspectivas, melhor realização da liturgia e maiores engajamentos práticos, para os quais procura colaboração não só dentro da Igreja Católica, mas de modo amplamente ecumênico, buscando quanto possível uma cooperação universal. As linhas fundamentais de seu projeto teológico-pastoral são dadas na programática exortação apostólica EG. Ela é muito importante para o campo do ecumenismo, do diálogo inter-religioso, e dos diálogos em geral.

Ali se propõe uma concepção de Igreja que, animada pela experiência do encontro com Cristo e na alegria do Evangelho, está em movimento de saída ao encontro das pessoas (EG, n. 20). Propõe-se à Igreja um movimento de sair e encontrar, acompanhar, festejar e frutificar (EG, n. 24). O Papa Francisco chama a atenção de que o núcleo da fé é crer no amor de Deus manifestado em Cristo (EG, n. 36) e a principal virtude é a própria caridade (EG, n. 37). Para viver mais fielmente isso em nosso tempo, ele

tem em vista uma necessidade de reforma, uma renovação na Igreja (EG, n. 26-27). Os capítulos IV e V da EG conduzem para evangelizar promovendo os bens do Reino, os cristãos vivendo e agindo sob o impulso do Espírito. A EG sublinha a atenção que deve ser dada aos frágeis, ao cuidado da criação, à promoção do bem comum e da paz.

Sobre os diálogos, o papa Francisco os propõe em vários âmbitos: diálogos na sociedade, proposta de harmonia e de colaboração entre razão e fé, diálogo com as ciências (EG, n. 242-243). Reafirma a importância do diálogo ecumênico, sob vários aspectos, para favorecer a credibilidade da evangelização e para que se possa expressar mais a catolicidade da Igreja (EG, n. 244-246). Lugar específico têm as relações com o Judaísmo. Nesse tópico, ele retoma vários pontos que vêm sendo propostos especialmente para o diálogo com os Judeus desde a Declaração NA e de modo expressivo valoriza a amizade no diálogo dos cristãos com os Judeus. Considera a comunicação que existe no patrimônio espiritual comum e o enriquecimento que pode advir das duas tradições em diálogo (EG, n. 244-247). Depois, discorre com atenção e afeto sobre o diálogo com o Islã. Desenvolve a importância do diálogo inter-religioso em geral (EG, n. 250-254) e menciona a possibilidade de enriquecimento espiritual pelo diálogo inter-religioso. Alude aos valores humanos das tradições religiosas. Procura que todo o diálogo seja feito em “contexto de liberdade religiosa” (EG, n. 255-258). Manifesta abertura para o diálogo com todas as pessoas que desejam o bem, a verdade e a paz (EG, n. 257).

Esses diálogos ocupam um lugar importante na EG. Eles são tratados no capítulo IV, que tem em vista a dimensão social da evangelização. Trata-se sobretudo de promover o bem, vendo-se nisso a promoção dos bens do Reino de Deus – pois a evangelização não seria autêntica se não promovesse o bem das pessoas. Nesse mesmo capítulo IV, o papa recorda de modo especial o cuidado dos frágeis, e de novo procura a inclusão de todos. Ele fala na superação dos conflitos, na guarda da criação, na edificação da sociedade. Na sociedade, então, como nas diversas faces de um poliedro, os pontos e as faces são múltiplos, estão em lugares diversos, mas relacionados e formando um conjunto. Ou seja, as diferentes perspectivas, e cada uma por sua parte, podem contribuir e dar o melhor de si para a edificação do bem comum (EG, n. 236). Essa proposta de pensar a partir da imagem do poliedro reflete uma preocupação prática do papa. Trata-se ao mesmo tempo da conciliação dos diversos e da soma de esforços para o bem.

Massimo Faggioli observa que “o ecumenismo de Francisco é parte de seu esforço para enfrentar os desafios sociais sistêmicos, para cuidar dos pobres e marginalizados” e que “a eclesiologia ecumênica de Francisco é não-eclesiocêntrica” (FAGGIOLI, 2016, p. 18). O pontificado do papa Francisco parece querer sempre ultrapassar fronteiras e divisões. Ele promove

uma renovação na Igreja, progredindo, por exemplo, para a sinodalidade. No esforço pela reforma, porém, a Igreja ainda não ocuparia um lugar de maior centralidade ou proeminência. A Igreja deve estar a serviço, junto com todas as pessoas que desejem estar na busca do bem. Ele para isso procura o engajamento dos fiéis católicos. Entretanto, existem tendências de divisão dentro da Igreja e nem sempre a nova orientação teológico-pastoral é bem acolhida. Importa de novo promover um ecumenismo *ad intra* e *ad extra*.

O ecumenismo permanece em continuidade com a recepção do Vaticano II, mas agora procurando ultrapassar os empreendimentos ou as crises anteriores (ou atuais). Ao mesmo tempo, o ecumenismo do Papa Francisco não se pauta pelo dogmatismo nem se prende às instituições, embora não menospreze o diálogo teológico, que deve prosseguir. O papa acentua princípios nucleares da fé e procura ser prático e associativo, sobretudo para a caridade. Assim, o ecumenismo haveria de ser globalizado no sofrimento e na solidariedade.

Na encíclica *Laudato Si'* (LS) o ecumenismo volta-se para a solicitude ecológica, contribuindo para que todos cuidem da casa comum. O papa lembra que “a maior parte dos habitantes do planeta declara-se crente e isso deveria levar as religiões a estabelecer um diálogo entre si, visando o cuidado da natureza, a defesa dos pobres, a construção de uma trama de respeito e fraternidade” (LS, n. 201). No conjunto da encíclica, todas as pessoas (crentes ou não) precisam participar do cuidado da natureza e das pessoas pobres e frágeis. O ecumenismo é continuado em amplo diálogo inter-religioso e de âmbito mesmo universal.

As novas modalidades de pastoral fazem perceber que são novos tempos. Ou tudo isso se procura fazer em relação nova com os novos contextos. São avanços da vida cristã, ainda com os mesmos princípios fundamentais do evangelho. Este é um evangelho do amor de Deus. É um evangelho de salvação e fraternidade. Salvação implica nos bens do Reino, que se anunciam e promovem. A fraternidade se vive com atitudes de respeito e amor, que o Concílio Vaticano II na GS já tracejara e que vimos Bento XVI sublinhar. Trata-se de retomar esses princípios com novos engajamentos.

Podemos concluir esta seção referente ao ensinamento pastoral do Papa Francisco, bem dentro de sua contribuição dada com espírito de abertura e inclusão, lembrando aqui a recente celebração da Ceia do Senhor com lava-pés, na Quinta-feira Santa de 2016. O papa celebrou-a junto aos refugiados, tendo na cerimônia do lava-pés outros cristãos e pessoas de outras religiões. Sua homilia comentou dois gestos: o de vender o irmão e o de fazer o lava-pés. Este último é um gesto de fraternidade. O papa apreciou que todos ali compartilhavam esse mesmo gesto de

fraternidade. Pediu que orassem em seus idiomas e religiões para que haja sempre fraternidade. A homilia, no conjunto breve, teve as seguintes palavras finais:

Hoje, neste momento, quando eu fizer o mesmo gesto de Jesus de lavar os pés a vós doze, todos nós estamos a fazer o gesto da fraternidade, e todos nós dizemos: «Somos diversos, somos diferentes, temos culturas e religiões diversas, mas somos irmãos e desejamos viver em paz». E este é o gesto que eu faço convosco. Cada um de nós tem uma história de vida, cada um de vós carrega uma história consigo: tantas cruces, tantos sofrimentos, mas também tem um coração aberto que deseja a fraternidade. Cada um, na sua língua religiosa, reze ao Senhor para que esta fraternidade contagie o mundo, para que não haja as 30 moedas para matar o irmão, para que haja sempre a fraternidade e a bondade. Assim seja (FRANCISCO, 2016).

Considerações finais

O estudo procurou no ensinamento dos últimos papas considerações teológico-pastorais em vista de uma solicitude ecumênica. Esta encontra seu caminho no respeito e no amor. Trata-se de uma solicitude que importa abraçar hoje com renovação e decisão de prosseguimento.

Vimos Bento XVI acentuar que “Deus e o nosso amor” estão na base da unidade e da paz. É uma perspectiva que deve estar no cerne da vida cristã e em toda ação de testemunho da fé cristã. Deve aparecer também no encontro e no testemunho comum das religiões e nos esforços pela edificação do bem comum. O amor é necessário e central na vivência cristã e nas relações plenamente humanas. A discussão sobre Bento XVI mereceria aprofundamentos. Um deles é que em Bento XVI o tema do amor se entrelaça com o tema da verdade. Isso seria importante de aprofundar também para o ecumenismo e o diálogo inter-religioso, pois Bento XVI convidou a vermo-nos todos como peregrinos da verdade e da paz. Somos peregrinos que podem caminhar juntos no amor fraterno.

O Papa Francisco sublinha na EG que o amor de Deus manifestado em Cristo é o núcleo da fé e da prática cristã. Propõe e inaugura uma reforma. Para essa reforma, convoca a uma saída ao encontro das pessoas e ao cuidado das mais frágeis. Propõe gestos concretos. Chama a uma colaboração na harmonia. Tem presente que vivemos com convicções diferentes, em diferentes religiões, mas fazendo ver como somos irmãos e podemos efetivamente viver como irmãos e nos auxiliar uns aos outros como irmãos.

Percebemos uma continuidade de ensinamentos na linha do respeito e do amor, com implicações para o testemunho cristão, o diálogo e a

edificação do bem. E constatamos uma descontinuidade com reformas e engajamentos novos. Isso tudo levaria a vivermos melhor a alegria e as exigências do Evangelho. Levaria a contribuir para que o grande círculo ecumênico – de cristãos, outros crentes ou pessoas sem religião possam viver como uma família, compartilhando os princípios e os compromissos do respeito e do amor.

Siglas

CELAM = CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, *Documento de Aparecida*

CV = BENTO XVI, Carta encíclica *Caritas in veritate*

DA = BENTO XVI, Carta encíclica *Deus é Amor*

DI = CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, Declaração *Dominus Iesus*

EG = FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*

EMO = BENTO XVI, Exortação *Ecclesia in Medio Oriente*

ES = PAULO VI, Encíclica *Ecclesiam Suam*

GS = CONCÍLIO VATICANO II, Constituição pastoral *Gaudium et Spes*

LS = FRANCISCO, Carta Encíclica *Laudato Si'*

NA = CONCÍLIO VATICANO II, Declaração *Nostra Aetate*

UR = CONCÍLIO VATICANO II, Decreto *Unitatis Redintegratio*

UUS = JOÃO PAULO II, Carta Encíclica *Ut Unum Sint*

Referências

BENTO XVI, Papa. *Discurso à Comunidade Hebraica*. Viagem apostólica a Colônia por ocasião da XX Jornada Mundial da Juventude. Sexta-feira, 19 de agosto de 2005a. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2005/august/documents/hf_ben-xvi_spe_20050819_cologne-synagogue.html>. Acesso em: 19 fev. 2016.

_____. *Discurso aos delegados das outras Igrejas, Comunidades Eclesiais e tradições religiosas*. Sexta-feira, 25 de abril de 2005b. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2005/april/documents/hf_ben-xvi_spe_20050425_rappresentanti-religiosi.html>. Acesso em: 19 fev. 2016.

_____. *Audiência geral*. Quarta-feira, 18 de janeiro de 2006a. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2006/documents/hf_ben-xvi_aud_20060118.html>. Acesso em: 19 fev. 2016.

_____. Carta Encíclica *Deus é Amor*. São Paulo: Paulus; Loyola, 2006b.

- _____. *Audiência geral*. Quarta-feira, 24 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2007/documents/hf_ben-xvi_aud_20070124.html>. Acesso em: 19 fev. 2016.
- _____. *Discurso*. Encontro Ecumênico. Viagem apostólica aos Estados Unidos da América e visita à sede da Organização das Nações Unidas. Sexta-feira, 18 de abril de 2008. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2008/april/documents/hf_ben-xvi_spe_20080418_incontro-ecumenico.html>. Acesso em: 19 fev. 2016.
- _____. Carta Encíclica *Caritas in veritate*. São Paulo: Paulinas, 2009.
- _____. *Discurso*. Celebração ecumênica. Viagem apostólica a Chipre. Sexta-feira, 4 de junho de 2010a. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2010/june/documents/hf_ben-xvi_spe_20100604_celebrazione-ecum.html>. Acesso em: 19 fev. 2016.
- _____. *Discurso*. Encontro com líderes de outras religiões. Viagem apostólica ao Reino Unido. Sexta-feira, 17 de setembro de 2010b. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2010/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20100917_altre-religioni.html>. Acesso em: 19 fev. 2016.
- _____. *Audiência geral*. Quarta-feira, 19 de janeiro de 2011a. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2011/documents/hf_ben-xvi_aud_20110119.html>. Acesso em: 19 fev. 2016.
- _____. *Discurso*. Dia de reflexão, diálogo e oração pela paz e a justiça no mundo “Peregrinos da verdade, peregrinos da paz”. Assis. Quinta-feira, 27 de outubro de 2011b. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2011/october/documents/hf_ben-xvi_spe_20111027_assisi-congedo.html>. Acesso em: 19 fev. 2016.
- _____. *Mensagem para a celebração do XLIV Dia Mundial da Paz*. 1 de janeiro de 2011c. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/messages/peace/documents/hf_ben-xvi_mes_20101208_xliv-world-day-peace.html>. Acesso em: 19 fev. 2016.
- _____. Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Ecclesia in Medio Oriente*. 2012. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_ben-xvi_exh_20120914_ecclesia-in-medio-oriente.html>. Acesso em: 19 fev. 2016.
- CARDOSO, M. T. de F. *A Eucaristia no diálogo ecumênico: verificação e apreciação, em perspectiva católica, dos principais elementos doutrinários sobre a eucaristia nos documentos do diálogo misto internacional com participação da Igreja Católica*. 2002. 422p. Tese (Doutorado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Declaração Dominus Iesus*. São Paulo: Loyola, 2000.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. *Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado latino-americano e do Caribe*: 13-31 de maio de 2007. São Paulo: Paulus, 2007.
- CONSTITUIÇÃO Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo atual. In CONCÍLIO VATICANO II. *Constituições. Decretos. Declarações*. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 141-256.

- DECLARAÇÃO *Nostra Aetate* sobre a Igreja e as religiões não-cristãs. In: CONCÍLIO VATICANO II. *Constituições. Decretos. Declarações*. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 617-625.
- DECRETO *Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo. In: CONCÍLIO VATICANO II. *Constituições. Decretos. Declarações*. Petrópolis: Vozes, 1991.p. 307-347.
- FAGGIOLI, M. Ecumenism in *Evangelii Gaudium* and in the context of Francis' Pontificate. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 48, n. 1, p. 17-35, jan./abr. 2016.
- FE Y CONSTITUCIÓN. *La iglesia: hacia una visión común*. Documento de Fe y Constitución, n. 214, 2013. Disponível em :<<http://www.oikoumene.org/es/resources/documents/wcc-commissions/faith-and-order-commission/i-unity-the-church-and-its-mission/the-church-towards-a-common-vision>>. Acesso em: 14/08/14.
- FRANCISCO, Papa. *Evangelii Gaudium* a alegria do Evangelho: Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus; Loyola, 2013.
- _____. *Homilia*. Santa Missa In Coena Domini. 24 março 2016. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2016/documents/papa-francesco_20160324_omelia-coena-domini.html>. Acesso em 05 maio 2016.
- _____. Carta Encíclica *Laudato Si'* – Louvado sejas, sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Loyola; Paulus, 2015.
- HACKMANN, G. L. B. O referencial teológico do Documento de Aparecida. *Teo-comunicação*, Porto Alegre, v. 37, n. 157, p. 319-336, set. 2007.
- JOÃO PAULO II, Papa. Carta Encíclica *Ut Unum Sint* sobre o empenho ecumênico. São Paulo: Loyola, 1995.
- KASPER, W. *Guia para uma espiritualidade ecumênica*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- _____. *A Igreja Católica: essência, realidade, missão*. São Leopoldo: UNISINOS, 2012.
- KLOPPENBURG, B. Introdução Geral aos Documentos do Concílio. In: COM-PÊNDIO DO VATICANO II. *Constituições. Decretos. Declarações*. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 5-36.
- KOCH, K. Kirche im Dialog – Perspektiven des ökumenischen Dialogs und des Gesprächs mit dem Judentum fünfzig Jahre nach “Unitatis redintegratio” und “Nostra aetate. *Revista de Cultura Teológica*, v. 23, n. 86, p. 34-58, jul./dez. 2015.
- OLIVEIRA, D. M. de. *O agir de Deus nos Andes: diálogo e missão com os quéchuas*. 2013. 208p. Tese (Doutorado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- PANNENBERG, W. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Academia Cristã/Paulus, 2009.v. 3.
- PAULO VI, Papa. Encíclica *Ecclesiam Suam* (ES). In: *Documentos de Paulo VI*. São Paulo: Paulus, 1997.p. 13-67. (Documentos da Igreja, 3).
- PINHO, J.E. B. de. A leitura dos sinais dos tempos e suas implicações na vida da Igreja. *Didaskalia*, Lisboa, v. 41, n. 1, p. 151-171, 2011.
- RATZINGER, J. Cardeal. *O Sal da Terra*. O cristianismo e a Igreja Católica no limiar do terceiro milênio – um diálogo com Peter Seewald. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

SILVA, M. C. da. *O amor como princípio unificador orientativo e nucleador da vida moral à luz da Deus Caritas Est.* 2009. 113p. Dissertação (Mestrado em Teologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SOARES, F. L. O diálogo ecumênico enquanto diálogo com o “outro”. *Comunicação & Cultura*, n. 11, p. 65-77, 2011.

TEIXEIRA, F. O difícil aprendizado do pluralismo. *Amai-vos*. Disponível em: <http://amaivos.uol.com.br/amaivos2015/?pg=noticias&cod_canal=66&cod_noticia=8584>. Acesso em: 05 maio 2016.

WOLFF, E. O ecumenismo no horizonte do Concílio Vaticano II. *Atualidade Teológica*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 39, p. 403-428, set./dez. 2011.

Maria Teresa de Freitas Cardoso é doutora em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2002) e Editora do Periódico *Atualidade Teológica* do Departamento de Teologia da mesma Instituição. Publicações recentes: “Convergências sobre a Eucaristia no diálogo Reformado-Católico”, *Pistis & Práxis*, em 2014. “A perspectiva ecumênica do Documento de Aparecida”, *Encontros Teológicos* em 2010.

Endereço: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Departamento de Teologia
Rua Marquês de São Vicente, n. 225, 11º andar
Gávea
22453 Rio de Janeiro – RJ
mtfcardoso@puc-rio.br